

# Entre Objetividade e Subjetividade na Pesquisa Relacional: um Inquérito Filosófico sobre Métodos

## Between Objectivity and Subjectivity in Relational Research: a Philosophical Inquiry into Methods

Scott William Hoefle<sup>i</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** Questões epistemológicas e ontológicas são mescladas neste inquérito geral sobre métodos de pesquisa relacional. Primeiro, são apresentados debates nas ciências sociais sobre epistemologia, ontologia e métodos presentes em paradigmas empiristas e racionalistas e sintagmas fenomenológicos desde os meados do século XX até hoje. Em seguida, um modelo geral de caracterizar a própria pessoa do pesquisador é oferecido que permite identificar preconceitos, visando estratégias para compensar os mesmos. O modelo é ilustrado tratando questões de subjetividade do próprio autor em pesquisas realizadas na costa fluminense sobre pesca, turismo e expansão urbano-industrial desde meados dos anos de 1980 até hoje, período este que incluiu considerável mudança teórica em perspectivas da ecologia política e da ontologia relacional.

**Palavras-chaves:** Objetividade; Subjetividade; Epistemologia; Ontologia; Métodos de Pesquisa Relacional.

**Abstract:** Epistemological and ontological issues are intertwined in this philosophical inquiry into relational research methods. First, a sequence of debates in the social sciences is presented tying epistemology and methods to competing scientific paradigms and syntagms from the mid-20<sup>th</sup> Century onward. After this, a general model of characterizing the researcher self is offered which makes possible biases explicit so that one can adopt strategies for controlling them. This model is then illustrated in issues of subjectivity which arose in the author's own research in coastal areas of Rio de Janeiro state since the mid-1980s, during a period of considerable epistemological change in Political Ecology and Relational Ontology perspectives.

**Keywords:** Objectivity; Subjectivity; Epistemology; Ontology; Relational Research Methods.

---

<sup>i</sup> Professor Titular Aposentado. scotthoefle@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-5454-0377>.

*“... com mais olhares, diferentes olhares, que utilizamos para observar uma coisa, o mais completo será nosso ‘conceito’ dela e [assim], nossa ‘objetividade’”*

Nietzsche (1968, p. 555, ênfase original do Nietzsche)

## Introdução

As motivações para a discussão filosófica acerca dos métodos empregados nas ciências sociais decorrem tanto de preocupações relativas à pesquisa quanto didáticas. Em minha trajetória de pesquisador, questões concernentes à subjetividade emergiram a partir de um trabalho de campo de longa duração realizado em uma região do litoral brasileiro onde eu era tanto o sujeito ecologista político que fazia a investigação quanto um turista veterano que foi um dos atores sociais objetos da pesquisa. Veremos que este último status me permitiu “estar lá” por um período de décadas e, portanto, proporcionou inúmeras oportunidades para observar situações interessantes que, de outra forma, não teriam sido testemunhadas nos dois períodos formais de pesquisa antropológico-geográfica realizados, respectivamente, em 1985-1987 e 2011. No entanto, à medida em que a área em questão foi se incorporando cada vez mais à região metropolitana do Rio de Janeiro, meus preconceitos pessoais contra o turismo de massa fizeram emergir, progressivamente, questões relativas à “subjetividade” dos pesquisadores.

Em relação ao ensino, a discussão metodológica é um problema persistente que os pós-graduandos enfrentam em suas teses. A forma como os métodos são tratados é muitas vezes inadequada em termos de densidade teórica, bem como ingênua em relação às questões epistemológicas. Particularmente preocupantes são certas posturas críticas em que a pesquisa engajada beira a cegueira empírica e a ingenuidade política, ponto enfatizado por Bruno Latour em “Reagregando o social” (2005) e “Uma investigação sobre os modos de existência” (2013).

Um ponto precisa ficar claro desde o início desta investigação sobre métodos: mesmo que eu fale muitas vezes na primeira pessoa, as questões levantadas aqui também são enfrentadas por colegas acadêmicos que têm origens de classe e visões de mundo semelhantes às minhas, de modo que essa estratégia narrativa na primeira pessoa não significa que a subjetividade existencial seja endossada aqui. Ao criticar minha própria pesquisa utilizando os conceitos de “prática dialética” e “objetivação participante” de Pierre Bourdieu (1977, 2003) e “quase-sujeitos” e “quase-objetos” de Bruno Latour (2013), os métodos que orientam um caminho intermediário entre objetividade e subjetividade são concretamente ilustrados, de tal forma a demonstrar como a hipocrisia do pesquisador e o engajamento político empiricamente míope podem ser evitados.

Com o objetivo de assentar em bases filosóficas as discussões sobre métodos empregados na pesquisa, o texto a seguir está organizado em três partes. Primeiramente, apresento as contribuições de autores selecionados para a discussão sobre objetividade e subjetividade nas ciências humanas, cada um representando um diferente olhar sobre as questões levantadas sobre métodos. Em seguida, delinheio um modelo geral de sensibilidade e subjetividade do pesquisador baseado nessas teorias que pode ser aplicado a qualquer perspectiva científica. O modelo geral é então ilustrado a partir de um caso

concreto. As considerações finais deslocam-se do caso particular para questões relativas à ecologia política contemporânea e às perspectivas relacionais.

## Debates Filosóficos sobre Objetividade e Subjetividade

Nesta seção apresentamos o debate entre Jean-Paul Sartre e Claude Lévi-Strauss, parcialmente mediado por Pierre Bourdieu. Na sequência, o campo relacional de “quase-objetos” e “quase-sujeitos”, proposto por Bruno Latour, é empregado para enriquecer filosoficamente os conceitos de “prática dialética” e “objetivação participante” de Bourdieu. Cada autor representa diferentes paradigmas e sintagmas críticos que se seguem ciclicamente no tempo nas ciências sociais, ora unindo-as às ciências naturais em fases empiristas e racionalistas, ora abrindo conflito entre elas em fases de crise paradigmática que provocam o surgimento de múltiplos sintagmas fenomenológicos (veja HOEFLE, 2012, 2022, para maiores detalhes sobre um modelo de mudança temporal de epistemologias científicas).

### *O Debate Sartre – Lévi-Strauss*

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, surge um clássico debate acadêmico francês entre Lévi-Strauss, representando o estruturalismo, e o marxismo humanista de Sartre. O debate culminou nas ruas de Paris durante as revoltas estudantis e operárias de 1968, com Sartre marchando com os manifestantes, enquanto Lévi-Strauss permanecia enclausurado em seu gabinete na Sorbonne. A abordagem de Sartre era povoada por sujeitos ativos, inclusive ele mesmo, enquanto a de Lévi-Strauss envolvia uma sociologia sem sujeitos (cf. BOURDIEU e PASSERON, 1967).

Sartre é mais conhecido por suas prolíficas produções literárias e contribuições à filosofia fenomenológica com foco nas questões existenciais e psicológicas enfrentadas pelos indivíduos. Seu romance existencial pioneiro “A Náusea” narra como os sentimentos em relação às outras pessoas e o senso-de-si podem dar origem a uma crescente sensação de repulsa (SARTRE, 1964). As peças “Entre Quatro Paredes” e “Kean” mostram, respectivamente, que o inferno são “os outros” e que os atores de teatro podem nunca saber onde termina sua identidade profissional e começa seu eu privado (SARTRE, 1955).

Em “O Ser e o Nada”, sua principal obra filosófica de apresentação do existencialismo, Sartre (1971) explorou o *ser-em-si* como subjetividade última no que diz respeito à possibilidade de conhecer como os outros existem e entender as relações concretas com eles. A “prova ontológica” para tal é derivada do *ser pré-reflexivo* das *percipiens* e não do *cogito* reflexivo de Descartes. A consciência humana é uma subjetividade real, assim como nossas impressões do mundo, de modo que essa subjetividade não pode sair de si mesma para postular um objeto transcendental capaz de ser objetivado em qualidades de uma coisa-em-si, como na “fenomenologia científica” de Husserl. A consciência pode ser a revelação revelada dos existentes que aparecem diante de nós com base em seu ser, mas eles jamais se revelam completamente à nossa consciência (SARTRE, 1971, p. lx-lxii).

Sartre discutiu especificamente os métodos em seu pequeno livro “Questão de método” (1968), no qual tentou conciliar o existencialismo com o marxismo por intermédio de

um método progressivo-regressivo e analítico-sintético. Esse método envolve o cruzamento contínuo do exame progressivo de uma biografia pessoal de acordo com o período histórico em que a pessoa viveu com o exame regressivo de um período histórico por meio do estudo das biografias das pessoas que o viveram (SARTRE, 1968, p. 135). O objeto de estudo contém todo o período como significações hierarquizadas e o período contém o objeto em sua totalização. Quando o objeto é redescoberto em sua profundidade e em sua particularidade, ele deixa de ser externo à totalização e, de maneira propriamente marxista, se integra à história e passa a constituir um conflito vivo (SARTRE, 1968, p. 148-149). O método é ilustrado a partir de dois casos fascinantes, o primeiro a respeito da consciência do Marquês de Sade acerca de seu papel na Revolução Francesa e o segundo relativo à projeção de elementos biográficos de Flaubert no romance “Madame Bovary”.

Em “Questão de método”, Sartre pretendia combater dois eixos epistemológicos e ontológicos representados por: 1) marxistas racionalistas contemporâneos que apenas papagueavam a linha partidária e 2) antropólogos e sociólogos estruturalistas supostamente objetivos na tradição durkheimiana. Sartre criticou os colegas marxistas por empregarem um idealismo apriorístico pelo qual os fatos são forçados a se conformar às ideias, geralmente na forma de fatores extra-humanos que controlam totalmente a história (SARTRE, 1968, p. 37, 87), de modo que um evento apenas simboliza uma ideia platônica a *priori* e as pessoas concretas são dissolvidas em objetos sintéticos, fetiches estatísticos stalinistas e coletivos sociais (SARTRE, 1968, p. 125, 161-62). Sartre criticou esse tipo de marxismo por eliminar o sujeito-questionador da investigação e por fazer do questionado o objeto de um conhecimento absoluto idealizado (SARTRE, 1968, p. 175), ou seja, por praticar um tipo de racionalismo sem sujeitos.

A antropologia estruturalista (e, por extensão, o estruturalismo nas demais ciências humanas) é criticada filosoficamente por Sartre por transformar o questionador, as questões e o questionado em objetos e coisas atemporais (fatos sociais). No entanto, a Antropologia é uma disciplina ambígua na qual o questionador, as questões e o questionado são os mesmos, ou seja, os sujeitos humanos e suas preocupações. Em lugar de ignorar-se a si mesma, uma antropologia marxista existencialista compreenderia a si mesma, o outro, a existência e a ação por meio do estudo dos vários processos de devir-objeto. A antropologia faria de si mesma a questionada e faria das questões o questionador, de modo que o questionador e o questionado se tornassem um e o mesmo (sujeitos humanos). No entanto, isso não significa contrapor a singularidade irracional do indivíduo ao Conhecimento Universal, como fizeram Hegel e Kierkegaard, mas reintroduzir a singularidade insuperável da aventura humana neste último (SARTRE, 1968, p. 174-77).

Lévi-Strauss foi um dos mais importantes proponentes do estruturalismo nas ciências humanas. Em 1958, publicou o livro “Antropologia Estrutural”, objeto da crítica de Sartre acima mencionada. Neste trabalho, Lévi-Strauss considerava que as ciências humanas eram inerentemente subjetivas porque, no nível social, nossa intervenção na observação resulta em modificações distorcidas, ao contrário do que acontece com um astrofísico, cujo objeto de estudo é tão vasto que ele não tem qualquer impacto sobre ele, ou com um físico atômico, cujo objeto é tão pequeno que ele só está interessado nos efeitos médios de massa (Figura 1). A solução para as ciências humanas é aplicar um modelo linguístico de leis inconscientes de grupos sociais que alcance um nível suficientemente

profundo para atravessar de um para o outro e, desta forma, expressar a estrutura específica de cada um em termos de uma linguagem geral (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 54-61).

Em “O pensamento selvagem”, Lévi-Strauss (1969) retoma essas questões e desenvolve ainda mais seu reducionismo escalar. A objetividade científica é defendida e Sartre criticado pelo historicismo particularista. O capítulo 1 está repleto de conceitos racionalistas que são a antítese do pensamento fenomenológico de Sartre. Lévi-Strauss defende a racionalidade da “mente selvagem” (geralmente envolvendo caçadores e coletores e agricultores de baixa intensidade que possuem “estruturas elementares” de organização social) como um modo pré-científico de pensar a natureza e a sociedade que possui o mesmo rigor classificatório e lógico da ciência. A explicação científica baseia-se na descoberta de conexões empíricas verdadeiras e arranjos estruturais que refletem propriedades ocultas (a essência) da realidade objetiva, e é isso que torna a Ciência Ocidental mais bem-sucedida em termos práticos e teóricos do que a não ciência selvagem. No entanto, esta última também envolve a mesma observação exaustiva, catalogação sistemática de relações e conexões e teorias envolvendo determinismo e causalidade, bem como a busca do conhecimento por si mesmo. Ela também introduz a ordem no caos, o que constitui um passo em direção à ordenação racional. Por causa disso, o pensamento selvagem pode atingir os verdadeiros arranjos da realidade de modo que envolva capacidades mentais semelhantes às da ciência. Assim sendo, este tipo de pensamento é apenas historicamente anterior, e não primitivo em um sentido evolutivo. A diferença entre as duas maneiras de pensar reside no fato que um engenheiro aborda um universo objetivo usando conceitos que separam a natureza da cultura, enquanto um pensador selvagem interpõe a cultura humana na realidade por meio de signos subjetivos que se dirigem às pessoas e não às estruturas que se pensa existirem na natureza (LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 9-15 e 20).

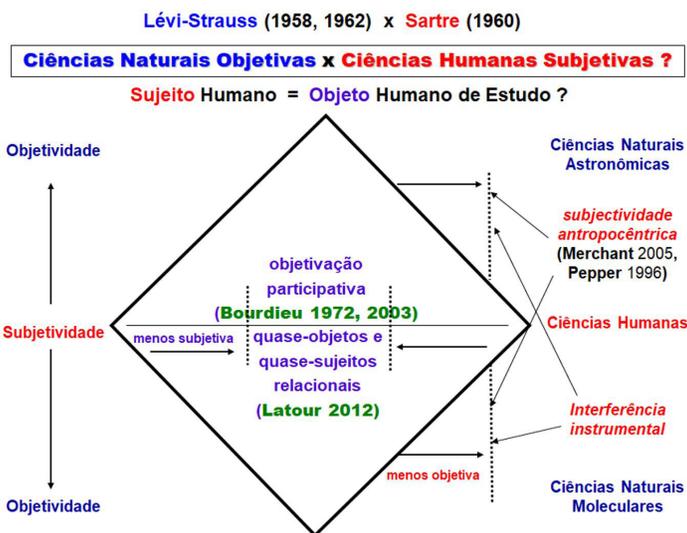


Figura 1 – Ciências naturais objetivas e ciências sociais subjetivas?  
Elaboração própria.

O capítulo 9, sobre “História e Dialética”, trata do reducionismo e da objetividade. Nele, Lévi-Strauss condena o método de Sartre por estar irremediavelmente submerso na subjetividade dos indivíduos e, por isso, ser incapaz de alcançar generalizações a respeito do que há de comum na humanidade. Ao contrário da antropologia estrutural, a história lida com a contingência e não com a continuidade. Os historiadores escolhem eventos, indivíduos e períodos abstratamente definidos a partir de uma possível regressão infinita dos movimentos psíquicos e desenvolvimentos inconscientes para os fenômenos cerebrais, hormonais ou nervosos e, finalmente, para a ordem física ou química. Consequentemente, Lévi-Strauss considerava as histórias biográficas e anedóticas de Sartre ininteligíveis. Quando nos deslocamos para escalas fenomenais maiores, ganhamos em compreensão, mas perdemos em informação. Consequentemente, se sairmos da história “para baixo”, encontraremos a psicologia e a fisiologia, enquanto, ao construirmos uma evolução geral dos seres organizados “para cima”, encontraremos com a biologia, a geologia e a cosmologia (LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 257-262).

Contra o projeto de Sartre, Lévi-Strauss propõe uma “ciência do concreto” na qual o estruturalismo permite superar a subjetividade inerente às ciências sociais e humanas que envolve seres humanos estudando outros seres humanos (sujeito = objeto). Sua solução para esse problema é ainda mais obscura: a partir de métodos estruturalistas, um antropólogo ou sociólogo é capaz de detectar as estruturas sociais que regulam fenômenos sociais específicos observados no nível empírico. As estruturas sociais, por sua vez, refletem um terceiro nível de estruturas neurológicas mais abaixo, que constituem uma gramática básica de todos os seres humanos (ver Figura 6 em GREGORY, 1978, p. 100). A objetividade é obtida “descendo” para escalas fenomênicas mais baixas, da mesma forma que um biólogo molecular alcança a objetividade “descendo” para escalas microgenéticas. Lévi-Strauss manteve essas ideias até o final de sua carreira. Na conclusão de uma de suas últimas obras, “O Homem Nu”, ele afirma que a mente consciente é enganadora e, portanto, é necessário alcançar os objetos estruturais situados no nível subconsciente, abaixo das forças interferentes da sociedade. O existencialismo, ao contrário, era estéril porque reintroduzia o sujeito (LÉVI-STRAUSS, 1971, p. 563, 571).

### *A terceira via da “objetivação participante” de Bourdieu*

Em “Esboço de uma Teoria da Prática”, Bourdieu (1977) oferece uma terceira saída para esse problema através da prática dialética na pesquisa social que combina a objetividade estruturalista e o particularismo subjetivo fenomenológico. Para Bourdieu, o *conhecimento fenomenológico* busca apenas explicitar a verdade da experiência primária do mundo social. Marcel Mauss é erroneamente citado como exemplo desse tipo de abordagem, quando, provavelmente, Bourdieu tinha Sartre em mente (BOURDIEU, 1977, p. 2, 4-5).

A *hermenêutica estrutural objetivista* de Lévi-Strauss, por sua vez, rompe com o conhecimento primário da experiência nativa e as representações dessa experiência, pois dá grande importância às relações objetais sociais e linguísticas que supostamente estruturam a prática e as representações da prática. Em outras palavras, o observador frequentemente introduz os princípios de sua relação com o objeto de estudo e obtém um mero repertório estático de regras idealizadas que determinam como as pessoas em

uma sociedade específica devem se comportar. O conhecimento estruturalista é, portanto, sincrônico, produz a cultura como um mapa para os “forasteiros” e transforma em virtude a falta de domínio prático de um antropólogo estrangeiro nas sutilezas de outra cultura (BOURDIEU, 1977, p. 2-3).

O *conhecimento dialético*, por sua vez, lida com a prática que envolve estratégias sociais e semiologia espontânea a partir das quais o observador é capaz de dominar o simbolismo da interação social (tato, destreza, saber fazer) nos jogos cotidianos de sociabilidade. Esse tipo de conhecimento relaciona estruturas objetivas com as disposições estruturadas que reproduzem e atualizam as regras dos jogos ao longo do tempo. O resultado é uma segunda ruptura com a experiência primária, que Bourdieu considera ser uma terceira ordem de conhecimento, uma teoria da teoria, uma investigação sobre os limites da objetivação estruturalista que apenas apreende as práticas por fora, em lugar de se situar no interior do movimento de sua realização. Bourdieu é enfático ao dizer que essa abordagem de forma alguma implica em um retorno ao subjetivismo ingênuo do humanismo e não anula os ganhos obtidos pelo conhecimento objetivista, mas os conserva e transcende (BOURDIEU, 1977, p. 2-4, 10)

O virtuosismo cultural só é obtido por meio de pesquisas etnográficas de longo prazo, que vão além do mero aprendizado das regras. Ao observar a vida cotidiana ao longo de pelo menos um ciclo anual de estações e atentar para o modo como os indivíduos negociam e subvertem as regras em sua busca por capital material e simbólico, um pesquisador testemunha a prática, incluindo a influência de sua presença naquilo que observa. Como dizia meu antigo orientador de tese: “depois de um mês no campo você acha que sabe tudo, mas, depois de seis meses, percebe que não sabe nada” (PETER RIVIÈRE, comunicação pessoal).

Na mesma época em que Bourdieu publicou a versão francesa do “Esboço”, o antropólogo pós-estruturalista Clifford Geertz apresentou um modelo semelhante de graus de afastamento em relação ao que é observado. As construções/generalizações sociais de um etnógrafo-participante na forma de anotações de campo encontram-se a um grau de distanciamento do comportamento cotidiano observado. As regras sociais oferecidas pelas pessoas estudadas também se deslocam para um grau de distanciamento do observado porque representam o comportamento idealizado daquela sociedade. Os textos produzidos na própria língua do etnógrafo para utilização na produção acadêmica, por sua vez, são duas vezes distanciados. A comparação etnológica entre culturas é três vezes distanciada e aquelas realizadas por Lévi-Strauss são quatro vezes distanciadas e, de tão gerais, tornam-se inúteis. Na verdade, Geertz tinha dúvidas sobre a possibilidade de comparação intercultural. Em sua opinião, a etnografia é como a inferência clínica: ela não generaliza entre os casos por meio de descrição e explicação, mas se aprofunda cada vez mais nos casos para produzir inscrição (descrição densa) e especificação (diagnóstico) (GEERTZ, 2000, p. 11, 24-27).

Ironicamente, o próprio “Esboço” de Bourdieu sofre de muitos desses problemas. O livro foi escrito vinte anos após o “trabalho de campo” original de Bourdieu e os capítulos teóricos são o resultado das reflexões de um acadêmico experiente. Bourdieu foi para a Argélia em 1955 como um jovem recruta francês durante a guerra pela independência e, como tal, trabalhou como etnólogo cujo trabalho era descrever a sociedade berbere

para uso dos militares franceses, ou seja, produzir mapas culturais para forasteiros imperiais. A etnografia produzida descreve a cultura berbere como ela deveria ter existido antes de a Argélia se tornar uma colônia francesa mais de um século antes. Essa era uma tarefa impossível e questionável, muito parecida com a dos antropólogos boasianos nos Estados Unidos que, no início do século XX, tentaram preservar a cultura ameríndia para a posteridade entrevistando informantes idosos que viveram em reservas por décadas, senão por toda a vida. A experiência argelina foi tão desagradável que Bourdieu permaneceu como professor de filosofia na Universidade de Argel até que ameaças de morte feitas por ocupantes franceses conservadores o forçaram a deixar o país (GRÉMION, 2005). Por isso, seu tradutor Nice (1977, p. vii) pensava que as contradições enfrentadas por um etnólogo francês durante a guerra de independência da Argélia teriam influenciado o deslocamento de Bourdieu para a sociologia (crítica).

Para esta investigação sobre métodos, é interessante considerar o resumo que Bourdieu fez de sua carreira na Huxley Memorial Lecture, proferida no Royal Anthropological Institute em 2002, e publicada de forma póstuma em sua revista mais prestigiada. Na palestra foi dada grande importância à forma como os preconceitos pessoais e profissionais influenciam profundamente o tipo de pesquisa realizada, que varia de acordo com o sexo, idade, religião, sistema educacional nacional, linhagem teórica e instituição do pesquisador. Para Bourdieu se um cientista social mobilizasse seu passado social por meio da auto-socioanálise, ele poderia compensar os preconceitos e seguir um caminho intermediário de “objetivação participante transcendente” entre a objetividade ingênua e a subjetividade partidária (BOURDIEU, 2003, p. 181-185). Em outras palavras, conheceu-se a si mesmo para entender melhor os outros.

### *Quase-sujeitos e Quase-objetos Relacionais de Latour*

As ideias de Bourdieu sobre interesses e preconceitos presentes na pesquisa influenciados pelas trajetórias específicas dos pesquisadores podem agora ser tratadas filosoficamente, e de forma mais sistemática, em diálogo com os campos relacionais de “quase-sujeitos” e “quase-objetos” entrelaçados, propostos por Bruno Latour (Tabela 1). De forma semelhante ao que faz com outras relações dualistas presentes no pensamento ocidental, como natureza-sociedade, matéria natural-sobrenatural e indivíduo-sociedade, Latour reorganiza as relações sujeito-objeto em quatro grupos de modos de existência que localizam os pesquisadores ontologicamente **dentro** de suas investigações e não objetivamente **fora** delas (2013, p. 5-6, 27-28, 98, 189, 288-89, 2018, p. 70-71). Em virtude de um modo de existência errôneo presente na ciência ocidental, que Latour (2013, p.181, 198-99, 218, 275) denomina de “duplo clique” [DC], os pesquisadores são sempre tentados a saltar diretamente do sujeito para o objeto ou do início de um processo para o resultado final, sem explorar os caminhos/passes/interações intermediários em uma cadeia relacional. Ele sustenta que isso não é apenas um problema para o racionalismo, mas também para a fenomenologia quando, por exemplo, sociólogos críticos fazem “pesquisas direcionadas” que se concentram em um grupo social específico e não em toda a rede social/agenciamento. Esse tipo de pesquisa gera apenas resultados parciais, muitas vezes prematuros, e conclusões tendenciosas (LATOURE, 2005, p. 23).

Tabela 1 – Variação em modelo perceptivo e agência ontológica.

Naturalismo	Realismo crítico transcendental	Ontologia relacional	Idealismo transcendental	Idealismo fenomenológico
Lévi-Strauss	Bhaskar	Latour, Descola	Bourdieu	Sartre
Objetos se revelam	Quase objetos	Quase objetos-Quase sujeitos	Quase sujeitos	Sujeitos concebem

Fonte: Elaboração própria.

Para evitar isso, Latour propõe uma agenda de pesquisa empirista radical (Figura 2) que começa com a exploração de redes de associação entre elementos heterogêneos animados e inanimados [RES], guiados por chaves interpretativas de preposição [PRE] que qualificam o tipo de conexões a serem procuradas. O primeiro grupo de três modos de existência associados não lida com objetos nem sujeitos. A reprodução [REP] explora continuidades na forma de linhas de força, linhagens e sociedades. A metamorfose [MET] explora a mutação e a transformação que expressam a diferença. Hábitos [HAB] envolvem cursos de ação ininterruptos que expressam essências que podem se transformar em [DC] se o pesquisador estiver desatento a passes ocultos e perder de vista a proposição de pesquisa definida pelas chaves interpretativas. A segunda tríade, de “quase-objetos”, é composta por técnicas [TEC], obras artísticas de ficção [FIC] e trabalhos científicos [REF] que, por meio de inscrições, acessam entidades remotas. A terceira tríade de modos de existência lida com “quase-sujeitos” e abrange fenômenos familiares estudados pelas ciências humanas. As assembleias são circunscritas e reagrupadas pela política [POL]. Os casos concretos são articulados e alargados pelo direito [DRO] de forma a assegurar a continuidade entre atores e ações. As pessoas são salvas por meio da alteração final fornecida pela religião [REL] e, desse modo, ganham acesso aos “próximos” neste mundo e não no outro mundo. Finalmente, a quarta tríade de modos de existência arrola os “vínculos entre quase-objetos e quase-sujeitos”. Interesses apaixonados e julgamentos de valor são criados por meio do apego [APG], o escopo dos enquadramentos é estendido por meio de organizações [ORG] e os escrúpulos que ligam fins e meios são definidos pela moralidade [MOR] (LATOUR, 2013, p. 30, 61, 275, 283-284, 289-296, 312-313, 323, 488-489).

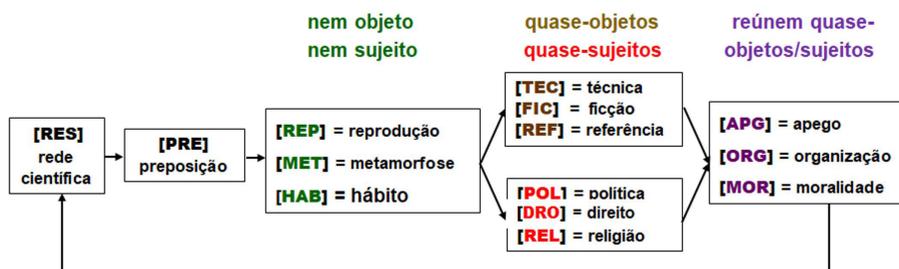


Figura 2 – Sequência de modos de existência utilizados em pesquisa relacional. Elaboração própria.

No primeiro capítulo de “Uma investigação sobre os modos de existência” de 2013, Latour ilustra o método passando por todos os modos de existência na pesquisa em laboratório onde se reúnem uma variedade de atores, como por exemplo, cientistas, técnicos, cobaias humanos e não humanos, equipamento, matérias químicas e o próprio espaço físico do laboratório para desenvolver novos produtos, seguindo vários passos, desde a pesquisa básica até o registro e a venda no mercado. Ele usou este exemplo várias vezes através dos anos em publicações como “Vida em laboratório” (1986), “Nunca fomos moderno” (1993) e “Reagregando o social” (2005). No primeiro capítulo do livro de 2013, Latour apresenta sua teoria de redes-ator de forma mais sucinta e talvez o capítulo possa ser considerado a conclusão que faltou no final do “Reagregando o social”.

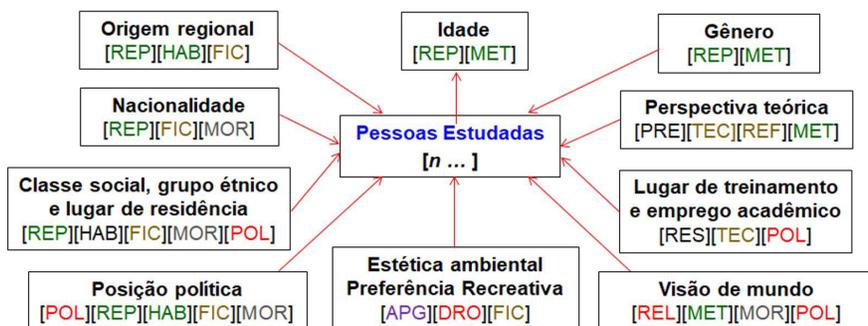
Obviamente o esquema geral de Latour talvez seja demasiado abstrato para orientar uma pesquisa específica, entretanto, as correspondências com a abordagem da experiência pessoal de Bourdieu acerca da objetividade e da subjetividade permitem tornar essa agenda mais concreta e serão discutidas abaixo na seção sobre como evitar preconceito na pesquisa.

## **Antecipando e Controlando Preconceito por Meio da Pesquisa Relacional**

### *Um Modelo Geral de Objetividade e Subjetividade na Pesquisa*

Com esses argumentos filosóficos em mente, fundamentamos um modelo geral de possíveis preconceitos que podem emergir antes, durante ou depois da realização de pesquisas de campo ou de laboratório (Figura 3). Na visão de mundo ocidental revista por Latour (2013), que envolve quatorze modos de existência, um cientista relacional tentaria dialogar com modos de existência sustentados por outros povos do mundo. Philippe Descola (2013), por sua vez, mostra como isso pode ser feito etnologicamente. Superar os amálgamas simplistas de natureza e sociedade, com a introdução de outros modos de existência, resulta em pesquisas mais sensíveis, entretanto, os mesmos quatorze modos de existência também podem ser fontes de preconceito que um cientista traz para sua pesquisa.

Um exemplo simples demonstra como preconceitos complexos podem existir mesmo quando o pesquisador e o pesquisado são do mesmo país e falam variedades regionais da mesma língua. Imagine as dificuldades que um jovem pesquisador judeu de uma instituição acadêmica de elite localizada na região metropolitana de Nova York, Chicago ou Los Angeles teria ao tentar entender o que uma idosa pobre batista negra devota da zona rural do Mississippi diz e, sobretudo, seu modo de vida. A dissonância envolvida seria quase a mesma que atormentava a antropologia clássica.



[Modos de Existência] seguindo Latour (2013).

**REP** = reprodução  
**HAB** = hábito  
**MET** = metamorfose

**TEC** = técnica  
**FIC** = ficção  
**REF** = referência

**POL** = política  
**DRO** = direito  
**REL** = religião

**APG** = apego  
**ORG** = organização  
**MOR** = moralidade

**RES** = redes  
**PRE** = preposição

Figura 3 – Evitando preconceito antes, durante e depois da pesquisa.  
 Elaboração própria, a partir de Latour (2013).

Preconceitos sociais também se aplicam a pesquisadores das ciências biofísicas. De fato, a forma de diamante da Figura 1 exagera a objetividade alcançada pelas ciências biofísicas que operam acima ou abaixo da escala humana dos fenômenos. Há muito se reconhece que instrumentos investigativos, como microscópios eletrônicos, iluminam os microfenômenos e, portanto, distorcem sua aparência. Ambientalistas radicais como Pepper (1996) e Merchant (2005) apontaram que as ciências biofísicas têm uma visão de mundo antropocêntrica na qual outros seres são julgados de acordo com sua semelhança e utilidade para os humanos. Desde que os temas religiosos foram expulsos do alcance da Ciência e os seres espirituais, como deuses, anjos e santos, foram removidos do topo da Grande Cadeia do Ser medieval, a humanidade teria sido libertada para governar suprema, e hoje, colhemos os frutos na forma de degradação ambiental, emissões desenfreadas e mudança climática que ameaçam a vida planetária.

A abordagem relacional de Latour corrigiria esses preconceitos ao não separar fenômenos físicos e metafísicos e passaria por escalas fenomenais para criar um campo de jogo nivelado entre outros seres e humanos e, assim, superar esse dualismo, bem como o que separa a natureza da sociedade humana. A ciência ocidental usaria quatorze modos de existência, quatro deles em comum com outros seres, com os quais dialogaria melhor com visões de mundo não científicas de outros povos do mundo, bem como com outros seres e, no processo, superaria o viés eurocêntrico e antropocêntrico (LATOUR, 2013, p. 291-292). Aparentemente em rara consonância com Bourdieu, Latour (2013, p. 278) afirma que “leitores e investigadores, juntamente com o autor, terão que especificar seu pedigree [acadêmico] enquanto concordam em falar na primeira pessoa”.

Assim sendo, ao contrário de Lévi-Strauss, que tentou proteger a Ciência racional e a ontologia naturalista secular ocidental, demonstrando que outros povos do mundo também eram racionais porque podem por acidente enxergar as “verdadeiras” estruturas

profundas da Natureza, Latour e Descola buscam reformar a Ciência tornando-a mais inclusiva, através da pluralidade ontológica. Há tantas “naturezas” quanto “culturas” (veja HOEFLE, 2023, para maiores detalhes).

### *O Modelo Geral Aplicado à Pesquisa Realizada no Litoral Fluminense*

Agora vamos ilustrar o modelo geral em termos menos abstratos, expondo a possível subjetividade nas pesquisas longitudinais realizadas no litoral do Rio de Janeiro desde meados da década de 1980. Trata-se de uma tarefa arriscada, pois, por um lado, caso eu enfatize demais a subjetividade, meu trabalho pode ser questionado por falta de objetividade ou, por outro lado, este artigo criticado por ser narcisístico. Se preenchermos as possíveis fontes de subjetividade da Figura 3 com minha experiência pessoal e profissional, vários possíveis conflitos de interesse se tornam aparentes (Figura 4). Para ajudar a generalizar a partir deste exemplo específico, o/a leitor/a pode se colocar no meu lugar e fazer o mesmo, ou seja, substituir o meu “eu” pelo seu “eu”. Se um aluno de pós-graduação fizesse apenas este exercício já teria meio caminho andado na seção sobre metodologia de sua dissertação ou tese.

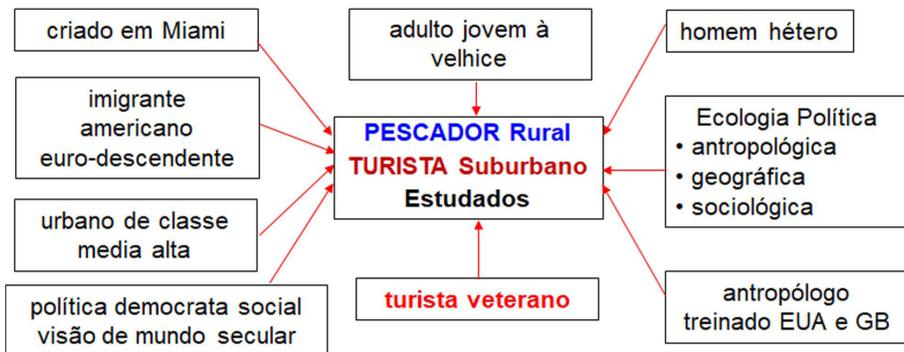


Figura 4 – Fontes de sensibilidade e subjetividade nas pesquisas realizadas na Baía de Sepetiba pelo autor. Elaboração própria.

No meu caso, uma série de questões surgem imediatamente. De que forma o fato de eu ter crescido em uma cidade multicultural como Miami me deixou mais curioso em relação aos diferentes tipos de comportamento? O mesmo poderia ser perguntado sobre minha formação acadêmica original como antropólogo, primeiro nos Estados Unidos e depois no Reino Unido. Ter imigrado para o Brasil há mais de quarenta anos e, portanto, ser bilíngue também poderia ter me tornado mais compreensivo e capaz de traduzir a realidade estudada para acadêmicos brasileiros e estrangeiros. Ser casado com uma brasileira que é geógrafa rural também me ajudou a entender melhor questões de gênero e a complexidade socioespacial no país, particularmente quando realizamos pesquisas conjuntas em diferentes regiões do Brasil.

Contudo, do lado negativo, ser um imigrante americano tornou minha aceitação pelos brasileiros mais fácil do que teria sido se eu fosse boliviano, o que poderia ter tornado minha visão geral da vida menos crítica. Além disso, eu ainda poderia abrigar noções hipócritas de superioridade cultural, embora o conflito sociopolítico na América do século XXI enfraqueça qualquer noção desse tipo. Se eu fosse britânico, francês, alemão ou japonês, poderia ter sido mais fácil considerar o Brasil como um país semicivilizado e, ocasionalmente, ouvi tais comentários de pessoas dessas nacionalidades. O que tanto os brasileiros quanto os não brasileiros não entendem é a minha decisão de vida de, como dizem os antropólogos, “*turn native*” (juntar-se aos nativos) e “*go bush*” (permanecer morando no país), ou seja, de me identificar e me tornar parte do meu objeto original de estudo. Esta decisão foi considerada tão estranha que durante a Guerra Fria alguns colegas de trabalho chegaram a suspeitar que eu fosse um espião americano.

Em termos intelectuais, a formação acadêmica nos Estados Unidos e no Reino Unido me situa diretamente no empirismo anglo-americano, porém com uma inclinação fenomenológica derivada do tipo de antropologia estudada particularmente na *New School for Social Research*. Nessa instituição, fui influenciado pelo renomado antropólogo filosófico Bob Scholte, que me apresentou ao debate Lévi-Strauss – Sartre, bem como ao debate Althusser – Foucault (não tratado aqui). O ambiente econômico e político geral daquela época que desencadeou os protestos sociais em massa e o movimento ambientalista nascente tornaram minha perspectiva científica altamente crítica, típica do que Lash (1990, p. 2) chamou de acadêmico “sessenta e oito”. Essa bagagem intelectual acrescentou outra camada de hostilidade em relação ao turismo de massa àquela que já existia por eu ter crescido em uma cidade turística de renome mundial como Miami. Odeio turista desde a infância. Trata-se, portanto, de uma questão de subjetividade de proporções épicas.

Um interesse teórico de longa data nas variantes antropológicas, sociológicas e geográficas da ecologia política explicaria o estudo do tema do conflito socioambiental durante a maior parte da minha carreira em diferentes regiões do Brasil, bem como as mudanças em meus métodos de pesquisa ao longo do tempo. No entanto, o local de estudo da pesquisa desenvolvida na costa fluminense está relacionado com o fato de eu ter sido veranista veterano na Baía de Sepetiba bem antes de decidir fazer pesquisas na região, o que desencadeou uma série de subjetividades típicas de um “acadêmico de 1968”. Esta pesquisa foi realizada de forma oportunista. Após o término do doutorado, eu estava desempregado e contava com uma exígua bolsa de pós-doutorado. O lugar mais barato para estabelecer a base para a realização de uma pesquisa era a casa de fim de semana do meu sogro na Ilha do Jaguanum, localizada na Baía de Sepetiba, a uma distância de apenas sessenta quilômetros a oeste do Rio de Janeiro. Com casa, alimentação, transporte e um conhecimento prévio dos pescadores e turistas, a pesquisa etnográfica era viável, considerando o financiamento limitado.

Tudo isso parece bom demais se tivermos em mente os possíveis preconceitos de acadêmicos urbanos fazendo pesquisa na zona rural. Se por um lado, a pesquisa etnográfica se beneficiou do fato de eu “estar lá” como turista desde 1976, por outro, como assinalou Smith (1977), turista veterano com “consciência ambiental” pode ficar bastante ressentido com as mudanças na paisagem e no comportamento causadas pelo

aumento do turismo de massa (Tabela 2). Na verdade, esta é talvez a maior fonte de subjetividade em minha pesquisa ao longo do tempo, à medida em que a pesca na baía sucumbiu progressivamente à poluição urbano-industrial e houve um afluxo de turistas de elite e depois de massa para a região. Isso fica evidente em uma apresentação realizada em reunião da comissão Sustentabilidade de Sistema Rurais da União Geográfica Internacional, ocorrida na Irlanda em 2011, que posteriormente foi avaliada criticamente em outra apresentação de 2019 na mesma comissão.

Tabela 2 – Tipos de turistas, volume e expectativas.

<b>Tipo de Turista</b>	<b>Volume de Turista</b>	<b>Adaptação às Normas Locais</b>
Aventureiro	bastante limitado	aceita plenamente as condições locais
Veterano	fora do comum, mas visto	adapta bem às condições locais
Elite	raramente visto ou visto de forma ostensiva	cria enclave de amenidades urbanas
Massa incipiente	fluxo regular	busca provisão de amenidade urbanas
Massa	fluxo contínuo	espera encontrar amenidades urbanas
Massa pacote	fluxo em grande volume	exige amenidades urbanas

Adaptado de: Smith (1977, p.12).

Primeiro, a apresentação de 2011 tratou as mudanças ocorridas com a substituição dos veranistas pioneiros e veteranos (como eu), por veranistas de elite na década de 1980. Esses últimos desejavam maior conforto em suas casas, o que provocou a reforma e a construção de casas de maior porte e com instalações mais luxuosas. A jardinagem bem cuidada domesticou a paisagem e promoveu a remoção da vegetação nativa. Os novos turistas fecharam suas propriedades com quebra-mar e cerca e exibiram placas de interdição de acesso em vários idiomas. A subjetividade nesta parte da apresentação aparece de forma indireta, mostrando mudanças de uma paisagem “mais selvagem” para uma domesticada. Até aqui, a maioria dos acadêmicos provavelmente concordaria com os argumentos “críticos” apresentados, visto que compartilhamos uma visão de mundo intelectual hostil a este tipo de turismo elitista.

Em seguida, foram apresentadas as mudanças após 1990 com um viés classista mais explícito (Figura 5). Somente alguém com a mesma origem social consideraria engraçados os termos depreciativos de classe social utilizados por turistas e pescadores mais velhos para se referir aos turistas de massa. O excursionista pode não ser “chique” como o rico turista europeu do passado, mas mais respeito deveria ter sido dispensado à sua estética visual, sonora e aromática. Hoje esse tipo de turista chega em seu próprio barco a motor, jet-ski ou em barco-táxi e passam o dia inteiro na praia. Apenas as pessoas mais velhas, e não necessariamente os pescadores mais jovens, os consideram como poluição visual. Os jovens podem considerar a praia “morta” durante a semana, quando não há ninguém por perto. Para eles, o silêncio não tem valor, é apenas chato. Cada barco pode tocar um tipo

diferente de música, mas isso faz parte da agitação social do fim de semana. Os pescadores jovens também tocam sua música funk em alto volume. Os excursionistas costumam fazer longos churrascos de carne gordurosa e beber enormes quantidades de cerveja durante um período de até oito horas passadas na praia, o que de fato pode representar um risco para a saúde (Figura 6). No entanto, o aumento da obesidade, bastante evidente neste tipo de turista, também é um sinal de que, antes da crise da COVID-19, os brasileiros estavam comendo mais do que no passado, o que é um problema a ser enfrentado por médicos e nutricionistas e não por um velho antropólogo-turista mal-humorado.



Figura 5 – Viés de turista veterano *versus* o turista de elite.  
Fotos: SW. Hoefle (2011).



Caixa de som toca em alta volume gêneros de música diferentes

Bebedeira exaltada, fedor de churrasco, deixa lixo

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Discriminação estética acústica popular?  
"silêncio" x "barulho"

Discriminação olfática?  
Discriminação de sobrepeso?

Figura 6 – Viés de turista veterano *versus* o turista de massa.  
Fotos: S.W. Hoefle (2011).

O mesmo pode ser dito dos novos veranistas que construíram mais casas nas praias e nos costões rochosos da ilha, principalmente depois que a rede elétrica foi implantada em 2010. A disposição das casas pode parecer confusa para a estética dos turistas mais velhos que possuem casas em grandes lotes rurais. Os novos proprietários recriam seus

espaços de vida nos subúrbios para que suas segundas residências não representem uma pausa da cidade ou envolvam algum ideal ilusório ligado à “vida tranquila do campo”. Muito pelo contrário, a música alta reverbera das casas desde o início da manhã até tarde da noite. Luzes brilham durante a noite toda em virtude de supostos problemas de segurança ou, simplesmente, por medo da escuridão. Em 2010, os órgãos de proteção ambiental só aprovaram a instalação de eletricidade do tipo rural nas ilhas da Baía de Sepetiba, que proíbe o uso de iluminação pública. Os novos proprietários não se intimidaram e colocaram sua própria iluminação na frente e ao redor de suas casas. Mais uma vez, qual estética de iluminação é correta? Iluminada como na cidade ou escuridão como no campo? (Figura 7). Sem dúvida, a fauna selvagem não gosta da iluminação excessiva e é mais difícil ver as estrelas hoje, mas, de toda forma, a maioria das pessoas da cidade raramente vê as estrelas.

O último slide da apresentação de 2011 resume perfeitamente as subjetividades do pesquisador. A intenção original consistia em exibir uma fotografia artística da área de estudo para encerrar a apresentação. A foto foi tirada pouco antes do pôr do sol durante o inverno na baixa temporada para o turismo (Figura 8). O momento de fato existiu, mas apenas apresenta o que Clifford (1986, p. 6-7) chamou de “metade da verdade”, ou seja, havia apenas alguns barcos de pesca e dois navios distantes na fotografia. A outra “metade da verdade” seriam os dias agitados de verão, como o fim de semana prolongado do Carnaval, quando a praia está cheia de diferentes tipos de pessoas. Por que uma paisagem com menor presença de pessoas e artefatos humanos deveria ser esteticamente mais agradável? Por que ambas as situações não podem ser consideradas belas? Na verdade, uma preferência pessoal por destinos turísticos mais “intocados” expressa um amálgama natureza-sociedade insatisfatório da mesma forma que pinturas sublimes de paisagens naturais e áreas de conservação plenas sem a presença de pessoas (nativas e rurais) (cf. DESCOLA, 2013; LATOUR, 2013).

iluminada como na cidade



escura como no campo



Figura 7 – Estética da iluminação para pescador e novo veranista *versus* para veranista antigo.

Fotos: S.W. Hoefle (2019).



Figura 8 – Meias-verdades: inverno ou verão?  
Fotos: S.W. Hoefle (2011).

## Discussão e Conclusão

Parafrazeando a citação de Nietzsche apresentada no início do artigo: “quanto mais ‘Eus’, melhor será nossa objetividade”. Isso envolve o conhecimento de si de que fala Bourdieu para entender melhor os outros, bem como o envolvimento da Ontologia Relacional com os quase-sujeitos e quase-objetos humanos e não humanos no processo de construção do conhecimento. Tentei mostrar como a pluralidade também se estende à Epistemologia norteada por Ontologia, cada uma representando um “olhar” diferente sobre um tema de estudo.

Não se trata de uma questão meramente filosófica, uma vez que as diferenças epistemológicas entre as ciências biofísicas e humanas são constitutivas da fratura da Geografia em especialidades físicas e humanas. No livro “O Pensamento Geográfico”, Cresswell (2013) caracteriza bem essa fratura no primeiro parágrafo dos dois capítulos dedicados às abordagens relacionais, resumindo a falta de compreensão mútua entre membros do mesmo departamento, cujos encontros se reduzem a trocas de gentilezas sociais em relação às suas respectivas famílias (CRESSWELL, 2013, p. 239). Simmons e Cox (1985) mostraram há muito tempo como o reducionismo poderia ser substituído pelo holismo escalar interdisciplinar para que geógrafos físicos e humanos pudessem novamente dialogar. Em seguida, Latour (2013) e Descola (2013) completaram a tarefa demolindo a separação intelectual entre fenômenos naturais e humanos e a substituíram por campos relacionais de fenômenos humanos e não humanos emaranhados, unindo assim todo o esforço científico.

Depois da discussão filosófica acerca do problema da objetividade e subjetividade nas ciências, um modelo concreto para evitar o preconceito do pesquisador foi apresentado e, como ilustração, me ofereci como bode expiatório e, ao fazê-lo, tento evitar criticar hipocritamente colegas acadêmicos. O modelo, por sua vez, pode ser generalizado pelos/as leitores/as se eles/elas se colocarem no meu lugar. Para aqueles/aquelas que possuem experiência prévia em trabalho de campo, esse exercício aplicado à pesquisa já realizada permite refletir sobre possíveis subjetividades que possam ter ocorrido e, as-

sim, compensá-las na redação de textos para publicação. Para jovens acadêmicos/as que estão prestes a fazer trabalho de campo pela primeira vez, o exercício pode evitar proativamente a subjetividade. O exercício também pode ser útil para melhorar a discussão geral dos métodos em uma tese, um ponto fraco que é frequentemente criticado pelos/as examinadores/as no momento da defesa. Além das questões filosóficas levantadas aqui, é claro, excelentes livros sobre métodos geográficos específicos, como Cloke et al. (2004) e Gomez e Jones (2010), devem ser incluídos na discussão.

Finalmente, o exemplo citado aqui sobre pesca, turismo e desenvolvimento urbano-industrial no que hoje é parte da área metropolitana do Rio de Janeiro também mostra como a ecologia política mudou ao longo do tempo. A ecologia política se desenvolveu pela primeira vez na Universidade da Califórnia-Berkeley como herdeira da ecologia cultural e da geografia cultural saueriana. Cosgrove e Duncan (1993) reclamaram que a escola de Berkeley se envolvia em “trabalhos de campo de peito peludo” (“*hairy-chested fieldwork*”), quando a maioria dos pesquisadores era do sexo masculino e fazia pesquisas de campo em áreas rurais remotas.

Na virada do século, a ecologia política havia mudado consideravelmente ao incorporar métodos que investigam poder, conhecimento, contextos e escala por meio da análise do discurso de textos de políticas e legislação, pesquisa de arquivo, análise sociológica de instituições complexas e análise múltipla-escalar/local (PEET, WATTS, 2004; PAULSON et al., 2003). Já na década de 2010, a ecologia política engrossou as críticas à política neoliberal de mitigação climática que provocou cercamentos da natureza contra povos tribais e camponeses pobres (PEET et al., 2011; BÜSCHER, FLETCHER, 2014, 2018; TAYLOR, 2015). Para isso, foram empregados conceitos da sociologia urbana como “injustiça ambiental e racial” (HOLIFIELD, 2015), bem como métodos de pesquisa relacional, embora nem sempre de forma consistente (cf. LAVE, 2015). Finalmente, no final da década de 2010, houve apelos para urbanizar e industrializar a ecologia política (HUBER, 2017).

Ao longo dos anos, todas essas questões apareceram em pesquisas longitudinais realizadas no litoral do Rio de Janeiro (HOEFLE, 1992, 2014, 2018), bem como em outras regiões do país (BICALHO, HOEFLE, 2015; HOEFLE, 2013, 2016, 2019, 2020; HOEFLE, BICALHO, 2016). O turista veterano quase-objeto pode ter ficado triste com a “degradação ambiental” e a “poluição sonora, luminosa e visual”, que pioraram ao longo do tempo no litoral do Rio de Janeiro, mas o pesquisador quase-sujeito ficou fascinado com a forma como as transformações refletem questões globais maiores.

## Referências Bibliográficas

BHASKAR, R. *A realist theory of science*. Milton Park: Routledge, 2008 (1975).

BICALHO, A. M. S. M.; HOEFLE, S. W. Conservation units, environmental services and frontier peasants in the Central Amazon? In: WOOD, D. (Ed.). *Climate change, culture, and economics*. Bradford: Emerald Scientific, 2015. p. 67-105.

BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1977(1972).

\_\_\_\_\_. Participant objectivation. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 9, n. 2, p. 281-294, 2003.

\_\_\_\_\_; PASSERON, J. C. Sociology and philosophy in France since 1945. *Social Research*, v. 7, n. 3, p. 162-211, 1967.

BÜSCHER, B.; FLETCHER, B. Accumulation by conservation. *New Political Economy*, v. 20, n. 2, p. 273-298, 2014.

\_\_\_\_\_. Under pressure: conceptualising political ecologies of green wars. *Conservation and Society*, v. 16, n. 2, p. 105-113, 2018.

CLIFFORD, J. Introduction: partial truths. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, J. (Eds.). *Writing culture*. Berkeley: Univ. of California Press, 1986. p. 1-26.

CLOKE, P.; COOK, I.; CRANG, P.; GOODWIN, M.; PAINTER, J.; PHILO, C. *Practising human geography*. Londres: Sage, 2004.

COSGROVE, D.; DUNCAN, J. S. On 'the reinvention of cultural geography' by Price and Lewis. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 83, n. 3, p. 515-519, 1993.

CRESWELL, T. *Geographical thought*. Chichester: John Wiley & Sons, 2013.

DESCOLA, Ph. *Beyond nature and culture*. Chicago: Chicago Univ. Press, 2013(2005).

GEERTZ, C. *The interpretation of cultures*. 2. ed. Nova York: Basic Books, 2000(1973).

GOMEZ, B.; JONES III, J. P. *Research methods in geography*. Oxford: Blackwell, 2010.

GREGORY, D. *Ideology, science and human geography*. Londres: Hutchinson, 1978.

GRÉMION, P. From Pierre Bourdieu to Bourdieu. *Études*, v. 402, n. 1, p. 39-53, 2005.

HOEFLE, S. Fishing, tourism and industrial development in Southeast Brazil. In: AGUIERO, M. (Ed.). *Contribuciones al estudio de la pesca en America Latina*. Manila: ICLARM, 1992, p. 70-91.

\_\_\_\_\_. *Tourism in fishing communities of southern Rio de Janeiro State, Brazil*. Apresentação no 19<sup>th</sup> Annual Colloquium of the IGU Commission on the Sustainability of Rural Systems. Galway: National University of Ireland, 2011.

\_\_\_\_\_. Epistemologia e teoria cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: UERJ, 2012. p.17-42.

Scott William Hoefle

\_\_\_\_\_. Colonialismo carbônico na Amazônia? *Espaço Aberto*, v. 3, n. 2, p. 109-130, 2013.

\_\_\_\_\_. Fishing livelihoods, seashore tourism and industrial development in coastal Rio de Janeiro. *Geographical Research*, v. 52, n. 2, p. 198-211, 2014.

\_\_\_\_\_. Multi-functionality, juxtaposition and conflict in the Central Amazon. *Journal of Rural Studies*, v. 44, p. 24-36, 2016.

\_\_\_\_\_. A ecologia política da costa fluminense: um estudo etnográfico longitudinal da pesca, turismo e desenvolvimento industrial na baía de Sepetiba. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 63, n. 1, p. 99-128, 2018.

\_\_\_\_\_. Between objectivity and subjectivity in rural research. Apresentação no 27<sup>th</sup> Annual Colloquium of the IGU Commission on the Sustainability of Rural Systems. Saint Paul: Macalester University, 2019.

\_\_\_\_\_. Ghosts in the forest. In: GRIFFON, C.; JONES, R.; ROBERTSON, I. (Eds). *Moral ecologies*. Cham: Palgrave-Macmillan-Springer, 2019b, p. 99-125.

\_\_\_\_\_. Conservation refugees and environmental dispossession in 21st century critical geography". *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, v. 84, p. 1-33, 2020.

\_\_\_\_\_. Objectivities and subjectivities in geographical research. *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, n. 93, p. 51-82, 2022.

\_\_\_\_\_. Spirits in the wood. A socio-ecology of the Brazilian "wilds". *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, n. 96, p. 33-66, 2023.

\_\_\_\_\_; BICALHO, A. M. S. M. Nature enclosures: historic peasants versus public and private conservation units of the Paraguay River in the Pantanal wetlands of western Brazil. *BelGeo*, v. 2016, n. 4, p. 1-18, 2016.

HOLIFIELD, R. Environmental justice and political ecology. In: PERREAULT, T; GAVIN, B; MCCARTHY, J. (Eds.). *Routledge handbook of political ecology*. Milton Park: Routledge, 2015. p. 585-597.

HUBER, M. Industrializing political ecology. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 107, n. 1, p. 151-166, 2017.

LASH, S. *Sociology of postmodernism*. Londres: Routledge, 1990.

LATOUR, B. *We have never been modern*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1993(1991).

- \_\_\_\_\_. *Reassembling the social*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. *An inquiry into modes of existence*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 2013(2012).
- \_\_\_\_\_. *Down to earth*. Cambridge: Polity Press, 2018(2017).
- \_\_\_\_\_; WOOLGAR, S. *Laboratory life*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1986(1979).
- LAVE, R. Reassembling the structural. In: PERREAULT, T; GAVIN, B; McCARTHY, J. (Eds.). *Routledge handbook of political ecology*. Milton Park: Routledge, 2015. p. 213-223.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Structural anthropology*. Nova York: Doubleday Anchor, 1967(1958).
- \_\_\_\_\_. *The savage mind*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1969(1962).
- \_\_\_\_\_. *L'homme nu*. Paris: Plon, 1971.
- MERCHANT, C. *Radical ecology*. 2. ed. Londres: Routledge, 2005.
- NICE, R. Translator's forward. In: BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977(1972), p. vii-viii.
- NIETZSCHE, F. On the genealogy of morals. In: KAUFMANN, W. (Ed.). *Basic writings of Nietzsche*. Nova York: Modern Library, 1968(1887). p. 439-599.
- PEPPER, D. *Modern environmentalism*. Londres: Routledge, 1996.
- PEET, R.; WATTS, M. Liberation ecology. In: PEET, R.; WATTS, M. (Eds.). *Liberation ecology*. 2. ed. Londres: Routledge, 2004(1996). p. 1-45.
- \_\_\_\_\_; ROBBINS, P.; WATTS, M. (Eds.). *Global political ecology*. Londres: Routledge, 2011.
- PAULSON, S.; GEZON, L.; WATTS, M. Locating the political in political ecology. *Human Organization*, v. 62, p. 205-217, 2003.
- SARTRE, J.-P. (1964). *Nausea*. Nova York: New Directions Press, 1964(1938).
- \_\_\_\_\_. *Being and nothingness*. Nova York: Citadel Press, 1971(1943).
- \_\_\_\_\_. *No exit and three other plays*. Nova York: Vintage Random House, 1955 (1944-1948).
- \_\_\_\_\_. *Search for a method*. Nova York: Vintage Random House, 1968(1960).

Scott William Hoefle

SIMMONS, I.; COX, N. Holistic and reductionist approaches to geography. In: JOHNSTON, R. (Ed.). *The future of geography*. Londres: Methuen, 1985, p. 43-58.

SMITH, V. Introduction. In: SMITH, V. (Ed.). *Hosts and Guests*. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press, 1977. p. 1-20.

TAYLOR, M. *The political ecology of climatic change adaptation*. Londres: Routledge/Earthscan, 2015.

WHATMORE, S. *Hybrid geographies*. Londres: Sage, 2002.

Recebido em: 27/08/2024.

Aceito em: 11/10/2024.